



## O USO PEDAGÓGICO DA IMAGEM NOS CURSOS DE BASE DO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR - GUARABIRA – PB DE 1982 A 1986

PEDAGOGICAL USE OF THE IMAGE IN THE BASIC COURSES OF THE POPULAR EDUCATION SERVICE - GUARABIRA – PB FROM 1982 TO 1986

**José Ramos Barbosa da Silva<sup>1</sup>**  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

### RESUMO

O Serviço de Educação Popular (SEDUP) foi criado como uma entidade de prestação de serviços e de assessoria a diversos movimentos sociais populares da região do Brejo Paraibano. Inicialmente, era um órgão da Igreja Católica, que atendia a questões sociais não ligadas à religião. Trabalhou para movimentos sindicais, organização de mulheres trabalhadoras, associações de categorias profissionais ou de bairros, pequenos produtores agrícolas (hoje conhecidos como agricultura familiar) etc. Além de acompanhar pequenos projetos de tecnologia alternativa agrícola e grupos de alfabetização de adultos, realizou cursos de base, destinados a oferecer formação política e sindical para os agricultores da região. Escolhemos, neste trabalho, tratar do uso pedagógico da imagem nesses cursos e recolhemos dados da dissertação de Mestrado ‘Assessoria e movimento popular: um estudo do Serviço de Educação Popular’, de minha autoria, somados com registros escritos em forma de relatórios semanais feitos pelos membros que participaram desses cursos na época, entre os anos de 1982 e 1986, e estudos teóricos que analisam o envolvimento da Igreja Católica brasileira com setores populares e com a Educação Popular, dos anos de 1970 a 1980. Trata-se de um estudo de caso, mas com serventia para se compreenderem outros acontecimentos de teor equivalente. Uma contribuição válida para os tempos de agora, quando a diversidade de práticas que se dizem populares ou em favor dos “marginalizados” dilui a noção de pertencimento a uma classe ou segmento social. Vive-se vaidades individualizadas de pequenos grupos, imersos em tempos líquidos, cada vez mais fechados em si mesmos, que não se somam em um projeto comum.

**Palavras-chave:** Educação Popular. Uso pedagógico da imagem. Classe social.

---

<sup>1</sup> Graduado em Comunicação Social (1982) e mestre em Educação pela UFPB (1992) e doutor em Educação pela UFC (2007). É professor do Departamento de Metodologia da Educação do Centro de Educação da UFPB. E-mail: barbossa2@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O modelo econômico de concentração de rendas, intensificado pelos governos militares nos anos de 1970, fez com que, no Brasil, a crise econômica fosse agravada cada vez mais. Devido ao seu crescente empobrecimento, no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, setores populares organizaram-se e travaram lutas por melhores condições de vida, criaram cooperativas para enfrentar a carestia, fizeram greves para reposição salarial e formaram movimentos de mulheres, negros, índios e de outros setores que se sentiam financeiramente prejudicados e socialmente discriminados. Essa situação social punha a nu os interesses antagônicos das classes sociais e as contradições do modelo econômico capitalista que se estrutura na exploração de uma classe sobre a outra.

Devido à capacidade de rearticular a classe dominante e os diversos mecanismos que ela utilizava para manter sua hegemonia e “controlar” a sociedade, em uma conexão que negava as contradições inerentes ao sistema e que se valia de símbolos nacionais, como, por exemplo, o lema ‘Ordem e Progresso’ da bandeira nacional, em favor do principal objetivo de juntar o capital em mãos de uns, os setores populares sentiam-se desafiados a se habilitar e a enfrentar o poder constituído.

Foi em meio a essa conjuntura que, na época, surgiram os centros de assessoria aos movimentos populares, criados por setores de esquerda, que acreditavam na necessidade de promover a formação política desses movimentos, numa relação “intelectual-massa”, como uma interferência que se dava de diversas formas e finalidades, vivida como um ato educativo. Essa crença era inspirada na ideia de que “[...] não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um abstrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica” (GRAMSCI, 1987, p. 21).

Buscava-se romper o estado da passividade moral e política que operam sobre o homem e a mulher, que atuam sem ter consciência do que fazem ou agem em consciências teóricas que entram em contradição com o seu agir. Essa passividade pode ser minimizada, desde que, seguindo a explicação de Gramsci (1987), o homem comum (o simplório) possa exercer atividades intelectuais, seja orgânico para os interesses de sua



classe social e se apresente como crítico do “senso-comum”, numa atitude polêmica, que supere a maneira de pensar precedente e o pensamento concreto predominante (ou o mundo cultural existente).

Seguindo esse caminho, tanto os centros de assessoria – formados de intelectuais – quanto o movimento popular – composto de setores de trabalhadores que se articulavam para se contrapor a uma situação estabelecida ou defendê-la e conquistar alguma vantagem social ou financeira – sentiam-se aprendizes no processo de desvelamento e de confronto com os fenômenos sociais.

Habilitava-se o raciocínio de que todos os homens são intelectuais, agora vistos como uma categoria orgânica interligada a uma ou a outra classe social fundamental, com ou sem esse conhecimento. Intelectuais que, com suas ações, nutrem uma consciência política a favor de uma classe social ou de outra. E essas posturas independem de terem nascido em uma ou em outra classe social. Jeitos de se estar sendo, frutos da escola, de formações recebidas de organismos formais ou não formais de ensino, de relações humanas estabelecidas, de convivências e costumes sociais coexistentes. Deduzia-se que o que pensamos e o que fazemos se configura, por todas as vias, em posições políticas, que rumam em direções que, de pouco em pouco, formam o mundo.

Essa crença de que as ações humanas conduzem à direção do mundo levou o Serviço de Educação Popular (SEDUP), entidade criada em 1981 pela Igreja Católica, na cidade de Guarabira (PB), a investir na formação intelectual dos movimentos populares do Brejo Paraibano. Foi com o objetivo de criar uma identidade de classe entre os grupos populares e de discutir o tipo de organização de que essa classe, em sua complexidade, precisa, que o SEDUP criou o Curso de Base. Essa formação era dirigida a camponeses e a outras categorias de trabalhadores e trabalhadoras, como professores da rede pública de ensino, grupos de mulheres organizadas, lavadeiras e assalariados de um modo geral.

O Curso de Base era uma capacitação dirigida aos grupos já formados de setores populares que precisavam fortalecer seu processo de organização. Esse curso, devido à politização de seus conteúdos, também servia para as assessorias específicas prestadas pelo SEDUP ao Movimento Sindical, ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras, aos pequenos produtores agrícolas, ao Movimento de Alfabetização Popular e aos Movimentos Populares Urbanos do Brejo Paraibano. Essas assessorias eram enriquecidas



pela produção visual ou audiovisual feita pelo Setor de Comunicação, alimentada por informações organizadas pelo Setor de Pesquisa, duas seções que davam suporte ao trabalho de planejamento e à execução das atividades de ajuda do SEDUP aos movimentos populares.

O Setor de Comunicação produzia cartazes, álbuns seriados, cartilhas, faixas, documentação fotográfica, frisas, filmes em super-8, vídeos, roteiro de reuniões, panfletos, programas de rádio etc. Isso fez o SEDUP ser conhecido, em seus primeiros cinco anos, como uma entidade produtora de cartilhas, cartazes e subsídios de comunicação. De início, pareceu-nos sedutora a ideia de falar da importância desses materiais para o trabalho de educação feito pelo SEDUP, porém, depois de uma análise mais demorada, optamos por eleger uma de suas atividades, o Curso de Base, visando demonstrar que os materiais de comunicação surtem mais efeito quando acompanhados de uma atividade pedagógica com objetivos e metodologias claramente definidos.

O Curso de Base era uma atividade feita durante os fins de semana, em casas de moradores rurais, nas sedes dos sindicatos de trabalhadores do campo, nos clubes de bairros rbanos ou em salões paroquiais. Era uma atividade de formação política, ministrada por educadores do SEDUP para agentes de movimentos populares do Brejo Paraibano.

Selecionamos investigar o trabalho feito pelo Curso de Base durante o período de 1982, ano em que a atividade começou a ser feita, até 1986, quando o SEDUP começou a se redirecionar a novos rumos. Também facilitou nossa escolha o fato de haver mais relatórios escritos e mais disponibilidade de materiais didáticos de apoio ao Curso de Base para o período que escolhemos para este estudo. Presumimos que esses fatores garantiriam mais acertos à nossa análise.

De fato, a partir de 1987, estabeleceu-se uma crise no modelo político e nas teorias que regiam a educação popular de antes. O SEDUP, como entidade de assessoria, nunca se propôs a fazer um trabalho de organização de base, de formação de grupos. O objetivo afirmado, desde o seu projeto de fundação, fora o de assessorar e o de prestar serviços a grupos existentes. Uma grande parte do trabalho de organização nas bases, até 1986, foi feito através das Comunidades Eclesiais de Base. Por isso, quando elas entram em crise, isso repercute no movimento sindical, nos partidos políticos e no próprio SEDUP.

## 2 REFERÊNCIAS E METODOLOGIA

Analisar o uso pedagógico da imagem nos Cursos de Base do SEDUP, como suporte de uma ação destinada a oferecer formação política e sindical para pessoas envolvidas com organizações populares, num tempo em que a consciência política era uma atividade crescente, exigiu um estudo plural da complexidade das situações que envolvem ocorrências educativas e formativas dirigidas a movimentos populares do Brejo Paraibano. Esses movimentos, na década de 1980, cresciam salpicados pela opção ideológica do SEDUP, uma entidade de esquerda, ligada à Igreja Católica, que unia o Cristianismo ao Marxismo, sem que houvesse nessa escolha nenhum tipo de contradição filosófica.

Como entidade de apoio intelectual e logístico aos movimentos populares de determinada região, o SEDUP expressava uma das vias reais da Teologia da Libertação, experimentada na América Latina, como ação da Igreja Católica em favor das lutas populares. Esse engajamento, além de apoiar as organizações populares, trazia, em seus discursos, uma nova roupagem para o Catolicismo popular, configurado numa releitura da Bíblia que apresenta Jesus Cristo como um ativista político em favor dos pobres e oprimidos, razão pela qual o filho do Criador foi perseguido e sacrificado pelos poderosos de sua época. Isso justifica para o Cristianismo atual uma ação coerente com as de Cristo, desde que atualizada para os dias de agora. Essa postura entrou em choque com o conservadorismo da Igreja Católica que, tradicionalmente, agiu em defesa do poder. A releitura da Bíblia, em favor dos financeiramente e moralmente mais necessitados, demonstrava impulsos de mudanças dentro da própria Igreja Católica, vividas dentro de um período histórico, dando razão à análise de Scott Mainwaring (1989).

Quando se iniciou, SEDUP era vivido por cristãos com posições ideológicas em favor do Marxismo, de maneira muito aproximada à posição idealista do pedagogo e filósofo Paulo Freire (1921-1997). Na versão *sedupiana*, o Cristianismo, quando tomado em sua origem, era radical, sim, contra os poderosos e qualquer tipo de opressão, e assim deveria continuar a ser. Às vezes, essa situação mostrava-se em conflito com pressupostos teóricos de marxistas que, inspirados em Lenin (1870-1924), radicalizavam-se na crença de que era necessário viver a fase da revolução democrático-burguesa, liderada por proletariados, a ser concluída com a revolução socialista, sem que acreditassem em uma



revolução fruto da ação de todos os dias, feita de gente comum, quase invisível, ou de novos operários em cena, nos moldes anunciados por Eder Sader (1988).

Saindo desse recorte político-religioso, mas ainda ligado ao Curso de Base, para analisar a imagem como um artefato visual da comunicação, com usos mediados por uma pedagogia própria de intervenção em favor de movimentos sociais, foi necessário considerar as discussões que havia no Setor de Comunicação do SEDUP sobre as possibilidades de empregar mecanismos de comunicação e seus vários suportes em apoio a atividades humanas. Para o SEDUP, a comunicação e seus diversos meios estão subordinados a intenções ligadas a valores ou ideologias em processo ou preestabelecidas. Então, quando se pensava em imagens, era necessário se prestar atenção ao foco, ao enquadramento e à edição delas, que trazem embutidas, em sua forma de conceber, consciências de mundo, implícitas ou explícitas.

As imagens, como uma representação de fenômenos, são produzidas intencionalmente e, sem dizer, prestam serviços a interesses humanos distintos. Numa linha contrária à afirmação de que “o meio é a mensagem”, de Marshall McLuhan (1911-1980), as mensagens, cumprindo qualquer ordem de intenção, podem ser difundidas através de meios de comunicação e que a “mensagem” está para além do meio, porquanto vem enquadrada em situações de conhecimento e de valores e são elas que possibilitam às mensagens interpretações distintas. Por outro lado, Marshall McLuhan (1988) tinha razão quando dizia que os meios de comunicação são extensões do homem e da mulher, e como são instrumentos, podem ser usados em favor de diversos interesses.

O SEDUP, agindo em favor das organizações populares, decidiu utilizar tanto os “pequenos meios de comunicação” (cartilhas, cartazes, diapositivos, frisas, etc.) quanto os “grandes meios”, incluindo o rádio e, se possível, a televisão. Essa reflexão, havida no Setor de Comunicação do SEDUP ao tempo a que este estudo se limita, foi, do lado de fora, enriquecida pelas controvérsias acerca do uso dos meios de comunicação em favor dos movimentos populares. Dela participaram Cecília Peruzzo (1998), Máximo Grinberg (1987), Regina Festa (1986), José Marques de Melo (1985), Albino Rubin (1980), entre outros. Esses estudos serviram para a análise aqui apresentada.

Em todas as frentes de sua intervenção, o trabalho realizado pelo SEDUP foi, de certa forma, permeado de informações e estudos de referências múltiplas. No modelo de



funcionamento do SEDUP, o Setor de Comunicação não poderia existir sem o Setor de Pesquisa, assim como o sucesso do serviço de assessoria prestado pelo Setor Sindical dependia de estudos específicos e de materiais encomendados ao Setor de Comunicação para as demandas apresentadas pelo movimento popular, que estava se fortalecendo. Os setores de serviços do SEDUP, compostos de profissionais de diversas áreas (sociólogos, historiadores, comunicólogos, pedagogos, filósofos etc.), alimentavam-se uns com outros. Os serviços do SEDUP seguiam instruções multidisciplinares e usavam uma multirreferencialidade de informações, como explica Jacques Ardoino (1998).

O Curso de Base do SEDUP era um trabalho mediado por um jeito pedagógico próprio de agir. Mas, como se falar desse curso e do uso de seus materiais pedagógicos sem se tratar dessa metodologia? Em um dos relatórios do Curso de Base (1983), dizia-se: “O povo deve ser o senhor de sua palavra, mas, para isso, é preciso ter domínio sobre o que é dito”. Uma espécie de afirmação que, em meio às disputas de argumentos que alimentam as discussões políticas da organização de grupos sociais, justificava a necessidade de se investir nos Cursos de Base do SEDUP. Buscavam-se uma teoria e uma prática que reforçassem o poder popular. Mas, como fazer isso? Na época, nada mais adequado do que as sugestões pedagógicas sugeridas por Paulo Freire (1980; 1983).

Cruzar esse embaraço de diferentes aspectos de conhecimentos, advindos de diferentes áreas de saberes, que se juntam e formam um corpo social indivisível, estudando apenas um único aspecto – o uso pedagógico da imagem nos Cursos de Base do SEDUP – não foi uma tarefa fácil. Em alguns momentos, foi necessário centrar na análise de algumas particularidades de um ou de outro aspecto, mas nunca isolados em si. Seguimos as orientações de Japiassu (1976). Aprendemos que os fenômenos da natureza, ou sociais, vivem em harmonia com outros e não se desligam do seu todo. Eles só fazem sentido se forem enquadrados no conjunto de sua existência dependente.

Também evitamos nos envolver com a busca da neutralidade, já que os conceitos são resultados da observação e da interpretação humana, e sua formulação não é gratuita nem neutra (SILVA, 2007). Procuramos não seguir a construção de um modelo ideal e de análises idealistas e ou técnicas, fugindo da pregação da Sociologia Compreensiva proposta por Max Weber (1864-1920). Embrenhamo-nos na observação participante dos fenômenos aqui expostos, auxiliados pelos estudos de Le Boterf (1984), e nas



recomendações de Demo (2008). Fizemos isso amparados pela metodologia dialética, influenciada pelo materialismo histórico, nos moldes recomendados por Minayo (1998, p. 76): “[...] o seu acontecer é uma prática que não depende apenas de conhecimento técnico, mas de uma postura intelectual e de uma visão social da realidade”.

Apesar de marxista, nossa análise não nega a visão de Zygmunt Bauman (2007), a dos tempos líquidos, como mais um capítulo da inteligibilidade das práticas sociais. Por fim, lembramos que a ação do SEDUP, durante o tempo em que nele estivemos, foi mediada por uma consciência política. Agricultores, lavadeiras, empregadas domésticas, todos se sentiam intelectuais, porque pensavam conjuntamente os rumos de uma luta de classe, orgânica aos trabalhadores, junto com os educadores do SEDUP. Uma luta que é sempre torpedeada pelas articulações da classe dominante, auxiliada pelo poder político, pelo poder militar, pela grande imprensa e pelas mentalidades borbulhantes que se formam ou se deixam influenciar em favor da manutenção do *status quo*, num bordejar dialético contínuo, nesse mundo líquido, de luta eterna, todos falando da construção de um mundo mais justo e mais igualitário. E agora dizem: “Esse é o Brasil que eu quero!”. Luta mutante, sempre.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, os anos de 1970 foram de Ditadura Militar. Circulava a campanha: “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Era o tempo do “milagre econômico”, da famosa “teoria do bolo” que dizia: “Primeiro é preciso fazer o bolo crescer, para depois, dividi-lo”. Repressão, concentração de rendas e arrocho salarial eram metas do Governo para garantir a acumulação de riquezas em mãos de uma minoria de empresários de empresas aliadas ao capital internacional. No campo, famílias e comunidades inteiras foram expulsas da terra pelo capital nacional e multinacional que, apoiados pelo sistema econômico e político, ali se instalaram e expulsaram ou transformaram o trabalhador rural em assalariado, sem os mínimos direitos já adquiridos pelo trabalhador da cidade. Festa (1986) ilustra esse quadro e reforça: “[...] Os movimentos sociais não ocorrem por acaso. Eles têm origem nas contradições sociais que levam parcelas ou toda uma população a buscar formas de conquistar ou reconquistar espaços democráticos negados pela classe no poder” (FESTA, 1986, p. 11).





Por isso, não foi por acaso que se multiplicaram os movimentos sociais, logo no início dos anos de 1970, com suas características diferentes e desenvolvimentos posteriores específicos, apesar de uma intensa repressão em favor de interesses econômicos de grupos sociais garantida pela Ditadura Militar. Foi nessa conjuntura que despontaram as comunidades eclesiais de base, que exerceram, no decorrer dos anos de 1980, uma grande influência nos rumos da organização popular.

Os anos da Ditadura foram marcados pela violência, seja com agressão física aos que discordavam do regime, seja com pressão psicológica exercida sobre a sociedade civil ou com a depauperização das já ruins condições de vida da classe trabalhadora no Brasil. O país passou a ser administrado apenas em função das classes dominantes, com uma Lei de Segurança Nacional que punia a quem discordasse dessa escolha.

Nesse contexto, a classe trabalhadora passou a ser a grande inimiga do poder e foi punida com a fome e o silêncio obrigatório. Por causa dessa conjuntura, foram surgindo e tomando forma, apesar da repressão, movimentos que tentavam contestar as regras estabelecidas pelo poder. Surgiram e se proliferaram movimentos e associações de moradores de bairros, de favelas, movimentos contra o custo de vida, movimentos dos sem casa e de ocupação de terrenos clandestinos. Isso refletia a insatisfação com o regime político. Pequenos jornais da imprensa alternativa começaram a ser lançados em todo o país. Esse foi o tempo de jornais como Pasquim, Pato Macho, De fato, Versus, Coojournal, Movimento, Posição, Paralelo, Repórter, Opinião, São Paulo, Em Tempo, Ex, Extra, Bondinho, Mutirão, Jornacoop, entre outros.

A Igreja Católica, nesse período, passou a assumir grande importância, sobretudo porque, como havia apoiado o Golpe Militar de 1964, viu, agora, seus quadros atingidos por esse regime. Freiras, padres e leigos eram presos e mortos. Bispos eram desacatados. Essa foi a guerra que o Estado declarou à Igreja comprometida. Não por ela ser Igreja, mas por ter-se posicionado, em determinadas circunstâncias, ao lado da classe trabalhadora.

Em julho de 1965, o Presidente Castelo Branco decidiu iniciar a Operação Amazonas. O Governo induzia a modernização dos latifúndios e encorajava o rápido crescimento de exportações não tradicionais. A expansão das grandes fazendas dificultava o acesso dos camponeses a terra. Para agravar a situação, os projetos do

governo foram implantados em áreas já ocupadas por posseiros que não tinham ainda o título legal de posse, e isso gerou um conflito entre eles e as empresas que se implantavam em seu lugar. À medida que os conflitos se agravavam na região, muitos agentes de pastoral sentiam-se forçados a reavaliar o papel da Igreja (MAINWARING, 1986).

Posicionados em favor dos camponeses, muitos agentes de pastoral passaram a receber diretamente represálias do Estado e de grupos econômicos que vieram para dominar a região. No final dos anos sessenta, apareceram críticas mais radicais do episcopado à política econômica do Governo. A partir daí, complicaram-se cada vez mais as relações entre o Estado e a Igreja Católica no Brasil. O envolvimento de setores da Igreja Católica com setores populares e a conjuntura dos anos setenta foram obrigando-a a tomar posição cada vez mais coesa, sobretudo nas regiões mais críticas do país, onde a violência e a pobreza se mostravam mais abertamente.

A Igreja Católica do Brasil, mais do que qualquer outra, vinculou fé a um compromisso com a justiça social e com os pobres. Isso aparecia, inclusive, nos cânticos utilizados nas celebrações: *“Eu acredito que o mundo será melhor, quando o menor que padece acreditar no menor!”*. Índios, posseiros, sem-casa, assalariados, políticos cassados, dentre outros perseguidos pela Ditadura dos Militares, passaram a ver na Igreja Católica brasileira uma aliada e, impossibilitados de ter canais próprios de expressão, abrigaram-se no seio dela, que passou, dentro dessa conjuntura, a ser considerada “a voz dos que não têm voz”.

Demonstrando o crescimento de uma nova tendência evangélica em favor dos pobres e oprimidos, as comunidades eclesiais de base começaram a crescer na Igreja Católica. Em 1973, elas se concentravam, aproximadamente, em trinta dioceses e, em 1979, havia, aproximadamente, cinquenta mil comunidades de base espalhadas por todo o Brasil (LIMA, 1982. p. 50). Seus compromissos com a luta popular e sua própria forma de inserção lhes possibilitaram burlar a proibição de organizações políticas e conseguiram, pela própria forma de existir e de agir, constituir-se numa expressão de resistência ao regime militar.

Foi nesse contexto de crescimento da chamada Igreja Popular que, em 1975, Dom Marcelo Pinto Carvalheira veio morar na cidade de Guarabira (Paraíba), como bispo auxiliar da Arquidiocese de João Pessoa, sob a jurisdição do arcebispo progressista Dom



José Maria Pires. A vinda de Dom Marcelo tinha o objetivo de preparar as bases para o que mais tarde veio formar a Diocese de Guarabira ou, mais propriamente, a Região episcopal do Brejo Paraibano, constituída de vinte e cinco municípios, com uma superfície de quatro mil quilômetros quadrados e elevada densidade demográfica, 110 hab/km<sup>2</sup>, ao passo que a média do Estado era de 49 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 1980).

Em 1976, Dom Marcelo concebeu a realização de uma pesquisa, a ser desenvolvida com os setores mais pobres de cidade de Guarabira, em que lhes perguntou: “*Quais são seus principais problemas e, dentre eles, qual o que mais gostariam que fosse resolvido?*” Surpreendentemente, embora tudo fizesse falta – terra, casa, comida, trabalho e salário –, “*estudo pros filhos*” foi a necessidade que mais se destacou. Considerando os resultados dessa pesquisa, ainda em 1976, foi criado o Projeto Educativo do Menor (PEM), uma escola para menores vindos das camadas mais pobres da Região do Brejo, que atendia a engraxates, vendedores de picolé, filhos de desempregados, biscateiros e outras crianças de periferias. Esse foi o primeiro órgão de caráter não religioso fundado pelo Bispo da Região Episcopal do Brejo.

Mas a criação do Projeto Educativo do Menor, que cuidava da escolarização de menores, não respondia às demandas sociais enfrentadas pelas comunidades eclesiais de base de Região. Em 1980, essas comunidades viviam o impasse de não saber responder por onde seguiriam com o processo de organização de grupos populares, que não viam o sindicato como um espaço organizativo e de luta da classe trabalhadora. O sindicato era tido como organização “pelega”. Somente depois que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) decidiu ingressar no movimento sindical foi que a conjuntura dessa organização começou a ser modificada no Brejo.

As necessidades de lideranças pastorais e de membros da CPT requereram um centro de estudos e de formação para animadores de pastoral e para os grupos incipientes de organização popular. Falou-se na criação de uma Universidade Popular. Porém, enquanto se falava dela, continuavam imperativos os desafios postos pela realidade. Problemas mínimos, como a impaciência de agentes pastorais ou questões metodológicas eram grandes impasses. A falta de quem respondesse a esse tipo de questão sobrecarregava a coordenação do PEM, que era procurada por membros da CPT por alguns padres e agentes de pastoral para aliviá-los nesses quiproquós. Foi devido a esse



quadro que Dom Marcelo, com a ajuda de alguns de seus assessores pastorais, decidiu criar o Serviço de Educação Popular (SEDUP). Essa entidade não criaria novos grupos nem movimentos, mas fomentaria os já existentes, no sentido de ajudá-los a superar as dificuldades de organização logística e as relacionadas a questões pedagógicas próprias para o crescimento de organizações populares.

Em fevereiro de 1981, discutiu-se sobre o tipo de atividade que o SEDUP deveria desenvolver, que envolveria agentes de pastorais, líderes sindicais e órgãos criados pela própria Diocese – CODH (Centro de Orientação de Direitos Humanos), CPT e PEM. De início, não havia tarefas definidas para o SEDUP, e a composição da equipe de trabalho dessa nova entidade ainda estava para ser formada. Assim, estabeleceu-se que intelectuais, agentes de pastorais, padres e freiras, todos seriam bem-vindos, desde que estivessem de acordo com as exigências que justificavam a existência da própria entidade. Somente naquele mês, mais de seis reuniões foram realizadas para se discutir sobre o projeto do SEDUP (para saber mais detalhes, ver: SILVA, 1992).

Em março de 1981, a equipe do SEDUP começou a se estruturar. Sua equipe pessoal era formada de apenas uma pedagoga especializada e uma secretária, para tarefas administrativas. Aos poucos, essa equipe foi sendo ampliada. De início, a entidade não tinha um programa de atividades estabelecido, e os pedidos eram respondidos de modo superficial. Porém, auxiliada por agentes da CPT e das comunidades eclesiais de base e por membros do CODH, a entidade investiu na efetivação da ‘Semana Sindical’, realizada em todos os sindicatos do Brejo Paraibano, e que foi encerrada com uma concentração na cidade de Mari. A concentração do 1º de Maio reuniu cerca de 5.000 pessoas, vindas de dezessete municípios da região (para saber mais detalhes, ver SILVA, 1992). O modo de trabalho dialógico do SEDUP com os interessados em seus serviços determinou o estilo de trabalho e, de certo modo, a clientela com que iria conviver nos anos do período aqui estudado.

Nos anos de 1980, existia, no Brasil, a avaliação de um projeto de esquerda que não durou muito. As guerrilhas do Norte do País foram massacradas pelas armas da Ditadura e não encontraram apoio popular. A “esquerda vanguardista” viu-se obrigada a rever suas posições. Nem o “basismo” nem o “vanguardismo” deram certo.



No vazio teórico que deveria suprir uma práxis, vários militantes de esquerda optaram por uma postura mais gramsciana, baseada no diálogo, na busca de uma organicidade entre o “intelectual” e a “massa”. O intelectual vinculava-se às razões que justificam as lutas de caráter popular. Essa tendência dialógica estava refletida na forma como o SEDUP agia, atraindo pessoas de esquerda que acreditavam nessa nova marca metodológica. No trabalho iniciado pelo SEDUP, buscava-se valorizar o saber popular, sem que fosse abandonada a contribuição do intelectual.

Em seu trabalho, o SEDUP procurava fortalecer uma identidade de classe, de grupo ou de categoria, germinada durante o processo da organização popular, mesmo sabendo que todo processo de identidade é uma representação e tende a ser estabelecido a partir de referenciais reducionistas, como explica Maura Penna (1989). Essa identidade pode ser provisória e ir de encontro às aspirações daquele que a desempenha. Tal desencontro faz com que essa identidade seja considerada como passageira, relacionada a uma ocupação temporária, a algo não desejado.

Esse trabalho de formação de identidades estava relacionado ao desenvolvimento de estratégias de luta, em reforço à construção de um projeto social comum, para o qual havia necessidade de algum tipo de identificação, do contrário, perderia sua consistência devido à falta de sentido. A necessidade de criar laços e “identidades” que estreitem as relações de colaboração entre os grupos populares estaria presente em todo o processo de organização da classe trabalhadora, como uma questão inevitável para o SEDUP. Esse trabalho obedecia sempre à mesma sequência: primeiro, criar uma identidade popular com classe trabalhadora; segundo, a classe trabalhadora deveria se mobilizar para conquistar ou reconquistar direitos, passo considerado fundamental para impulsioná-los às mobilizações populares.

A partir de 1983, o SEDUP viu-se pressionado a realizar reuniões com líderes populares e com diretorias que se formaram para implantar o novo sindicalismo na região. Essa situação obrigou o SEDUP a ampliar sua equipe de trabalho. Havia situações no processo da organização popular que imprimiam sempre o mesmo tipo de resposta. Para elas, o SEDUP decidiu oferecer um curso com conteúdo definido de informações julgadas básicas para todos os que se encontravam engajados no processo da luta popular na região.



Esse tipo de formação básica recebeu o nome de Curso de Base, oferecido a todos os grupos interessados, desde que estivessem ligados às lutas populares emergentes.

O Curso de Base foi estruturado em duas etapas: uma sobre sindicalismo e a outra sobre leis e direitos. A etapa sobre sindicalismo continha três unidades: a) O sindicato como órgão de classe; b) História do sindicalismo no Brasil; c) A história do sindicato local (de cada município onde o curso está sendo aplicado). A etapa sobre leis e direitos também envolvia três unidades: a) A lei: como é feita e para que serve; b) O direito à organização (destacando-se as várias instâncias organizativas do movimento popular); c) A lei que serve na luta (trata dos direitos específicos, assegurados a categorias específicas: canavieiros, arrendatários, mulheres etc.).

O material usado no Curso de Base constituía-se de: ficha de inscrição, apostilas, frisa, cartazes ilustrativos e um guia de ilustração para o orientador do curso, com a seguinte informação:

[...] muito embora este curso esteja elaborado de forma simples, não é curso de iniciação, e aplica-se a grupos que já estão engajados nos seus sindicatos, na Igreja, numa associação, etc. [...], desde que este engajamento caracterize o processo de luta e organização da classe trabalhadora.

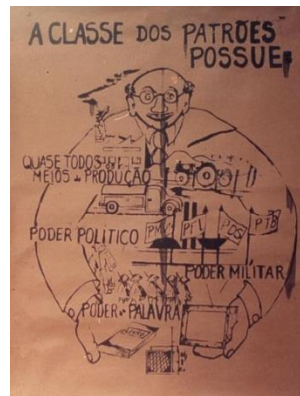
O curso é ministrado em forma de aula. Cada “reunião-aula” tem a finalidade de levar aos participantes conhecimentos que deverão ser aprofundados na comunidade depois (Texto contido na apresentação da apostila destinada ao “monitor do Curso de Base”. In: Arquivo do SEDUP, Setor: Formação Sindical).

Naquela época, no meio popular paraibano, sobretudo na zona rural, o analfabetismo beirava aos 70% da população. Por isso, o SEDUP optou por produzir um material ilustrativo que poderia ser desvendado até por analfabetos. Para cada unidade do curso, havia um “roteiro-guia” escrito, que era entregue ao monitor, acompanhado de uma sequência de cartazes que ilustravam com desenhos todos os aspectos tratados no curso. Ao término de cada unidade, todos os participantes recebiam uma apostila com os desenhos dos cartazes, como registro, para serem lidos por “analfabetos”, sobre as questões tratadas no Curso. Esses materiais didáticos - visuais e escritos - eram produzidos pelo Setor de Comunicação do SEDUP, com o propósito de que fossem ampliados por uma conversa, que fazia parte do uso metodológico desses materiais. Vejamos alguns destes:

Sobre classes sociais



Sobre o poder da classe dominante



Cartaz que era mostrado aos participantes do Curso, com a seguinte pergunta:

- O que vocês estão vendo?
- Em quais condições de vida nós nos encontramos?
- Pertencemos a que classe social?

Para este cartaz, era perguntado:

- O que vocês estão vendo?
- O que são meios de produção?
- O que são poderes políticos?
- O que é o poder militar?
- O que é o poder da palavra?
- Como eles se articulam?

### Desenhos que ilustravam os direitos negados aos canavieiros



Roçado de até dois hectares perto da casa



Só oito horas de trabalho por dia.  
Horas extras noturnas mais caras!



Estabilidade no trabalho e indenização

A imagem utilizada nos Cursos de Base eram desenhos estampados em cartazes, que serviam de base para uma conversa livre, porém guiada por um roteiro de discussão, em que se utilizavam cartazes como ponto de partida para falar de certas condições sociais que afetavam a vida da classe trabalhadora do Brejo Paraibano. Essa convivência era conduzida por uma filosofia política, como ação planejada, que tinha o objetivo de



fortalecer a consciência política dos grupos e criar uma identidade comum entre eles. Afinal, todos viviam sob as mesmas condições sociais, econômicas e políticas: ser trabalhadores explorados, embora fossem garantidas as diferenças específicas de cada membro ou movimento.

Sem ser declarado, de certa forma, o trabalho desenvolvido pelo SEDUP tinha bases teóricas que bebiam em Gramsci (1988, p. 3-4):

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhes dão homogeneidade consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.

Pelos alertas difundidos por Gramsci, o intelectual influencia os rumos tomados pelo mundo, em suporte a práticas que se misturam à vida, tanto econômica quanto cultural. Aos intelectuais cabe compreender as ações humanas e os rumos implicados por elas. Essa função dos intelectuais carrega em si uma qualidade partidária - ou se defende uma classe ou outra - necessária para uma revolução social. Essa constatação do cunho político da ação do intelectual serviu de inspiração aos que se seguiram a Gramsci, pensando em práticas educativas de cunho popular, o que reforçava o pensamento de Paulo Freire, quando declarou: “[...] é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político” (FREIRE, 1983, p.16).

Paulo Freire era cristão e marxista e dedicou-se a buscar respostas na Pedagogia para ações dedicadas a transformar o mundo. Ele pregava a necessidade do diálogo, como caminho pedagógico da educação popular, mediatizado pelo mundo. Dizia ele: “[...] ninguém educa ninguém – ninguém se educa a si mesmo – os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo [...]” (FREIRE, 1980, p. 63). Essa percepção metodológica do diálogo, que requer um instrumento que traga o mundo para a cena do debate – ilustrado pela memória, pela fotografia, pelo desenho ou por algo representativo de fatos ou crenças que estejam presentes no mundo – mediatizado por uma concepção de mundo, traduzida por uma filosofia política do mundo e entendida como tomada de posição





partidária a favor de um lado ou outro, veio, de fato, compor o modo de trabalho vivenciado nos Cursos de Base do SEDUP.

Para o formador dos Cursos de Base, o homem e a mulher nunca são, estão sendo. O diálogo é a ponte libertadora, e tudo é mediatizado pelo diálogo, útil a qualquer educador popular. É dele que nasce a consciência de que somos inconclusos, na busca constante de sermos mais e melhores no que fazemos. Esse ato que dá ao outro a liberdade de se expressar e de ouvir, como ponte de uma educação como prática de liberdade, feita em “co-laboração”, como anuncia Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1980).

Para uma educação libertadora, o diálogo é mediado por objetivos específicos, que se juntam em função de um objetivo maior. O diálogo, como artifício pedagógico, nunca deve ser ato sem rumo. Tanto quanto esse procedimento metodológico, é em função dos objetivos que são escolhidos os recursos didáticos da ação, que é submetida a propósitos que norteiam e dão limites às conversas estabelecidas e ao enquadramento de enfoques dos recursos didáticos utilizados. Destarte, vive-se um emaranhado de cuidados de ordem política e pedagógica que dão novos significados, mais representativos e desafiantes, às imagens utilizadas no Curso de Base do SEDUP.

Portanto, as imagens utilizadas no Curso de Base do SEDUP não podem ser compreendidas de modo isolado, elas são componentes de uma conversa maior. Uma conversa que se utiliza do diálogo como artifício pedagógico. Porém esse diálogo não é suficiente em si mesmo. Em torno dele, há um propósito maior, o de dar voz a um povo, que, ao se encontrar em uma representação desenhada de fatos sociais, fala de si mesmo, em um contexto maior de existência, que lhes dá uma identidade comum, que sugere um contexto não individualista, mas solidário e de classe social. Uma identidade de classe social construída em um mundo líquido, vivida entre as inseguranças trazidas pelo egocentrismo, numa cultura em movimento que quebra as identidades locais e a possibilidade de haver solidariedade social, como anuncia Bauman (2007). Uma identidade formada como luta permanente e prestes a se desvanecer.

Os estudos de Regina Festa (1986), Máximo Grinberg (1987) e Albino Rubin (1980), voltados para a necessidade de reforçar uma comunicação alternativa que favoreça identidades de cunho popular ou ligadas à classe trabalhadora, no universo de uma comunicação social manipulada por interesses de classe, como prega José Marques

de Melo (1985), representam, em parte, os esforços desenvolvidos pelo SEDUP, que tem a comunicação social como um complemento para a educação popular, nunca vendo a comunicação como um ato que se basta a si. O Curso de Base, como atividade educativa realizada pelo SEDUP, embora fosse uma ação pedagógica, era um ação política e que usava produtos da comunicação social. Essa ação ia além de seus conteúdos, porque era voltada para gente que vivia cotidianamente envolvida na organização de grupos populares ou na organização de trabalhadores em sindicatos ou associações. Uma luta bonita de se ver, de quem se mostrava publicamente, em grandes concentrações populares, como as realizadas no dia 1º de maio:



Dia 1º de maio em Solânea (PB) - 1982



Margarida Maria Alves discursa em 1º de maio de 1981 - Mari (1981)

#### 4 CONCLUSÕES

A imagem, como representação visual de pessoas ou de objetos, de ideias ou de projeção da mente, nunca valerá por si mesma. Ela precisa do olhar do outro para fazer sentido. Esse olhar poderá ser modificado, a depender da quantidade de informações que lhe dá base ou lhe proporciona um contexto de interpretação. Ainda que seja a mesma, a imagem pode adquirir novos significados de acordo com seu leitor. Nesse caso, valem as considerações de Orlando Miranda (1976), que acredita que não há um produto final no mundo das notícias, porquanto elas sofrem leituras diversas, contraditórias mesmo, mas não infinitas nem arbitrárias, porque incorporam os conflitos que marcam a sociedade, em suas relações de interesses econômicos e outros. Assim é com a imagem, que precisa de algo que a enquadre, atribuindo-lhe sentido.

Para o Curso de Base do SEDUP, a imagem não valia sozinha. Ela era parte de uma ação maior, ferramenta para outras engenharias de pensamento, e cujo valor era



subordinado a uma atividade pedagógica que tinha o objetivo de criar uma identidade comum para os participantes de movimentos sociais – a de ser classe trabalhadora. Esses participantes se mostram com consistências que os transformam em blocos sólidos, em um mundo de interesses líquidos, adaptáveis a qualquer vasilhame, mas com a capacidade de ponderar essa cultura líquida, guardando-a ou negando-a, no movimento mutante da vida, feito de particularidades e de similaridades humanas e sociais.

O Curso de Base do SEDUP tratava de traços fundamentais das lutas sociais humanas e anexava a elas determinadas filosofias políticas, caminho pelo qual anda a vida humana. Para tal engenharia, os recursos didáticos, sozinhos, não eram suficientes, tampouco a metodologia utilizada, tudo só fazia sentido se fosse encarado como atividades de múltiplas referências, mas organizadas com objetividade em função da organização da classe trabalhadora, para um mundo ideal, desenhado e redesenhado por todos os que participavam da ação. Era assim!

Tratamos aqui de um estudo de caso, mas que poderá servir para que se compreendam outros acontecimentos de teor equivalente. Uma contribuição válida para os tempos de agora, quando a diversidade de práticas que se dizem populares ou em favor dos “marginalizados” se dilui, cada um procurando a si mesmo, numa multiplicidade de individualidades que mais separam do que une. Hoje é o tempo de vaidades individualizantes de pessoas ou de pequenos grupos sem projeto comum. Simples assim!

#### **ABSTRACT**

Popular Education Service (SEDUP) was created as service contribution entity and assistance to various popular social movements in the region Brejo Paraibano. Initially, was an organization of the catholic church, which attended social issues not associated to religion. Worked for trade union movements, organization of working women, associations of professional categories or neighborhoods, little agricultural producers (today known as family agricultural) etc. Beside keep up with small alternative agricultural technology projects and adult literacy groups, conducted basic courses, intended to offer political and trade union formation for farmers in the region. We choose, this work, to deal with pedagogical use of the image in these courses and we collect master's dissertation data 'consulting and popular movement: a study of the Popular Education Service', of my authorship, aggregate with written registers in the form of weekly reports made by the members who participated in these courses



at the time, between the years 1982 and 1986, and theoretical studies that analyze the involvement of the Brazilian Catholic Church with popular sectors and Popular Education, from 1970 to 1980. This is a case study, but usefulness for understanding other equivalent content of events. A valid contribution to the times now, when the diversity of practices as they say popular or in favor of “marginalized” dissolve the notion of belonging to a class or social segment. Experience individualised vanities of small groups, immersed in liquid times, more and more closed in on itself, that do not add up to a common Project.

**Keywords:** Popular Education. Pedagogical use of the image. Social class.

## REFERÊNCIAS

- ARDOINO, J. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. In: J. G. Barbosa (Coord.). *Multirreferencialidade nas ciências e na educação*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998. pp. 24-41.
- BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- DEMO, Pedro. *Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos*. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2008.
- FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In REGINA, Festa; Silva, Carlos Eduardo Lins. *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- GRINBERG, Máximo Simpson. (Org.). *A comunicação alternativa na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- JAPIASU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: IMAGO, 1976.
- LE BOTERF, Guy. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. Notas sobre as comunidades eclesiais de base e a organização política. In: LIMA, Luiz Gonzaga de Souza (Org.). *Alternativas populares da democracia no Brasil, anos 80*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1980.



MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1998.

MELO, José Marques. *Para uma leitura crítica da comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1985.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 5. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1998.

MIRANDA, Orlando. *Tio Patinhas e os mitos da comunicação*. São Paulo: Summus, 1976.

PENNA, Maura. Identidade e movimentos sociais: homogeneidade ou aliança? In: *Política e trabalho*, Caderno 7. (pp. 60-61). Abril de 1989. João Pessoa: UFPB, 1989.

PERUZZO, Cecília Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1988.

RUBIN, Albino. Sobre a imprensa das classes subalternas, 1880-1922. In: MELO, José Marques (Coord.). *Comunicação e classes subalternas*. São Paulo: Cortez, 1980.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, José Barbosa. *Assessoria e movimento popular: um estudo do Serviço de Educação Popular*. João Pessoa: Centro de Educação/Universidade Federal da Paraíba, 1992. Dissertação de Mestrado. Centro de Educação/UFPB. Mimeo.

SILVA, José Barbosa. Educação de jovens e adultos e alfabetização: a natureza política dos conceitos. *Revista Conceitos* nº 14. João Pessoa: ADUFPB/UFPB, 2007, pp. 36-44.